



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

JUSTIÇA RESTAURATIVA

2015

SUMÁRIO

RELATÓRIO 2015	3
-----------------------	----------

FACILITAÇÃO CRIMINAL	4
-----------------------------	----------

ACOMPANHAMENTO PÓS-ACORDO	5
----------------------------------	----------

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	6
--	----------

CAPACITAÇÃO E SUPERVISÃO	8
---------------------------------	----------

» <i>Cursos, palestras e seminários promovidos e/ou ministrados pela equipe de Facilitadores do CEJUST.</i>	8
---	---

» <i>Cursos, palestras e seminários. Participação dos servidores</i>	9
--	---

METAS	10
--------------	-----------

» Manual de Justiça Restaurativa	10
---	-----------

» PAPPA – Projeto de Apoio à Pesquisa e Produção Acadêmica	10
---	-----------

» <i>Instalação do CEJUST em Planaltina</i>	12
---	----

» <i>Criação do Núcleo de Estudos para expansão da Justiça Restaurativa no TJDF</i>	12
---	----

PARCERIAS	13
------------------	-----------

PROJETOS	14
-----------------	-----------

» <i>Projeto: Conciliação com enfoque restaurativo</i>	14
--	----

» <i>Projeto: Audiência de Custódia</i>	15
---	----

REUNIÕES / VISITAS / ARTICULAÇÕES	16
--	-----------

DIVULGAÇÃO/ REPORTAGENS	18
--------------------------------	-----------

ANEXOS	20
---------------	-----------

» <i>Orientações para Estudantes</i>	20
--------------------------------------	----

» <i>Modelo ofício 1 › coleta de dados para pesquisa</i>	22
--	----

» <i>Modelo ofício 2 › para entrevista</i>	22
--	----

» <i>Modelo ofício 3 › observação de sessão restaurativa</i>	23
--	----

» <i>Termo de Compromisso</i>	23
-------------------------------	----



RELATÓRIO 2015

No ano de 2015, o Programa de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal passou por uma significativa expansão, vindo a atender casos oriundos dos seguintes Juízos: Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante; Vara Cível, de Família, e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante; Segundo Juizado Cível e Criminal de Ceilândia; Segunda Vara Criminal de Planaltina; Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Planaltina; Juizado Especial Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina; Primeiro Juizado Especial Criminal de Brasília.

A partir do mês de julho de 2015, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa - CEJUST passou a ser coordenado pelos Juízes Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa e Franco Vicente Piccoli. Além disso, integraram a equipe os servidores: Marco Rogério Rocha do Amaral, Bernardina Maria Vilhena de Souza, Júlio Cesar Rodrigues de Melo, Leonardo Pinheiro Sena, Patricia Martins Rodrigues Coutinho e Kênia Fabiani de Oliveira, e a estagiária Brunna Cristina de Oliveira da área de Pedagogia.





FACILITAÇÃO CRIMINAL

O CEJUST, inicialmente, atendeu apenas processos que envolviam crimes de menor potencial ofensivo no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Todavia, recentemente, o CEJUST também se dedicou a resolver casos de médio potencial ofensivo, oriundos de Varas Criminais.

Os dados estatísticos de 2015 foram contabilizados ao final do ano apresentando os números que se seguem:

ESTATÍSTICAS 2015



PROCESSOS RECEBIDOS	28
SALDO DO ANO ANTERIOR	56
TOTAL DE PROCESSOS NO ANO	84
SESSÕES REALIZADAS	53
ACORDO	27
SEM ACORDO	26
PERCENTUAL DE ACORDOS	51%
EM ANDAMENTO	28
PESSOAS ATENDIDAS	253
ENCONTROS PRIVADOS	213
ENCONTROS RESTAURATIVOS	27



ACOMPANHAMENTO PÓS-ACORDO

O acompanhamento pós-acordo acontece na última fase do processo restaurativo. Após a celebração do Acordo Restaurativo, é reforçada a informação de que os facilitadores estarão à disposição para acompanhamento do acordo pelo prazo de 6 (seis) meses. A experiência tem mostrado que este tipo de procedimento tem boa aceitação por parte dos jurisdicionados e de seus apoiadores, que, conforme relatos acreditam ser importante, pois se sentem apoiados e mais seguros durante a fase de cumprimento do acordo.

Em poucos casos, fez-se necessário algum ajuste no termo de acordo restaurativo, o que ficou denominado pelos facilitadores de “termo aditivo” como adequação do termo à realidade dos envolvidos no processo restaurativo.

Vale registrar, também, um baixo índice da procura pelos facilitadores, nesta fase. Ressalta-se, ainda, que nas sessões criminais, tal acompanhamento vem sendo realizado por este Programa, de forma pioneira.

Em termos estatísticos, da totalidade dos casos atendidos este ano, com acordo, pelo CEJUST, o não cumprimento do acordo ficou em torno de um por cento, apenas um caso.

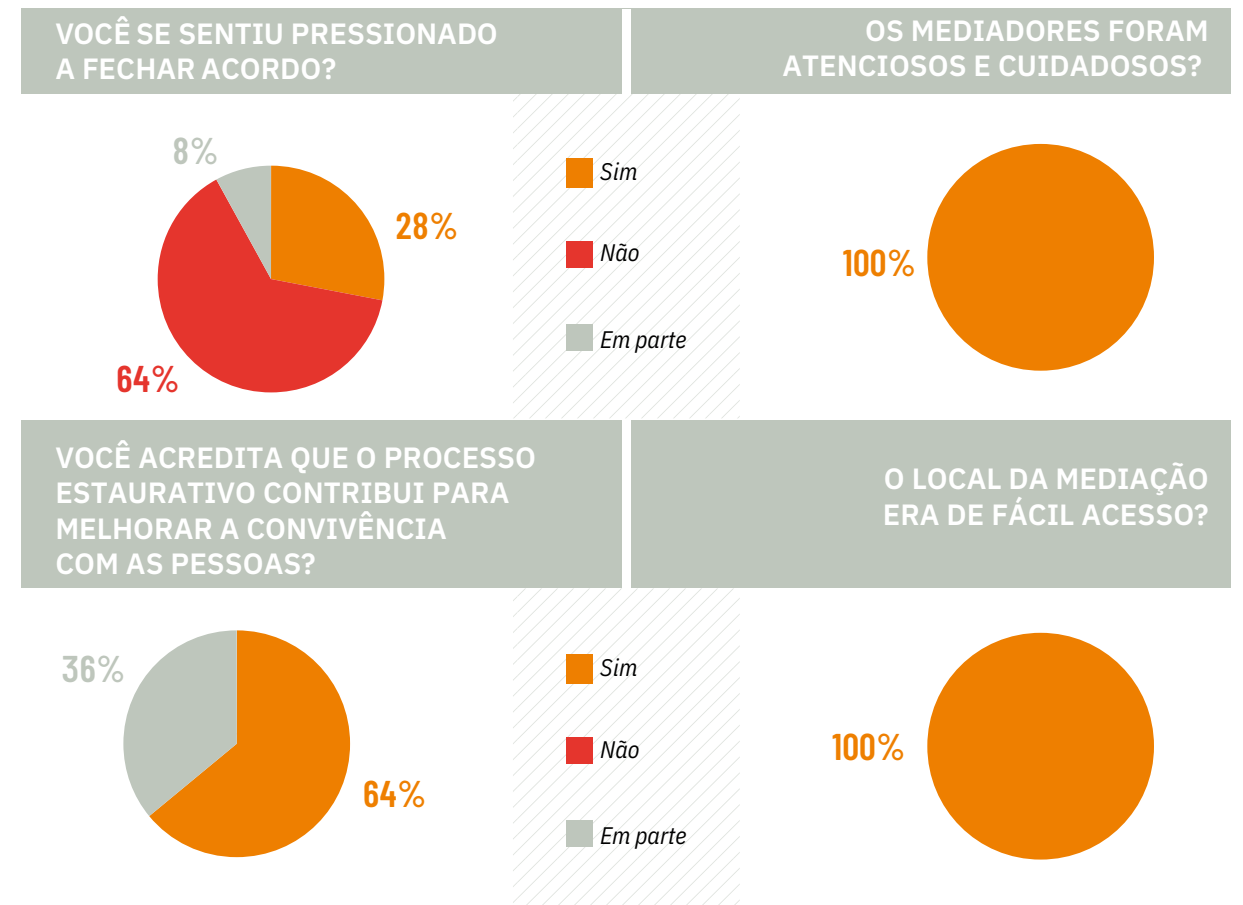
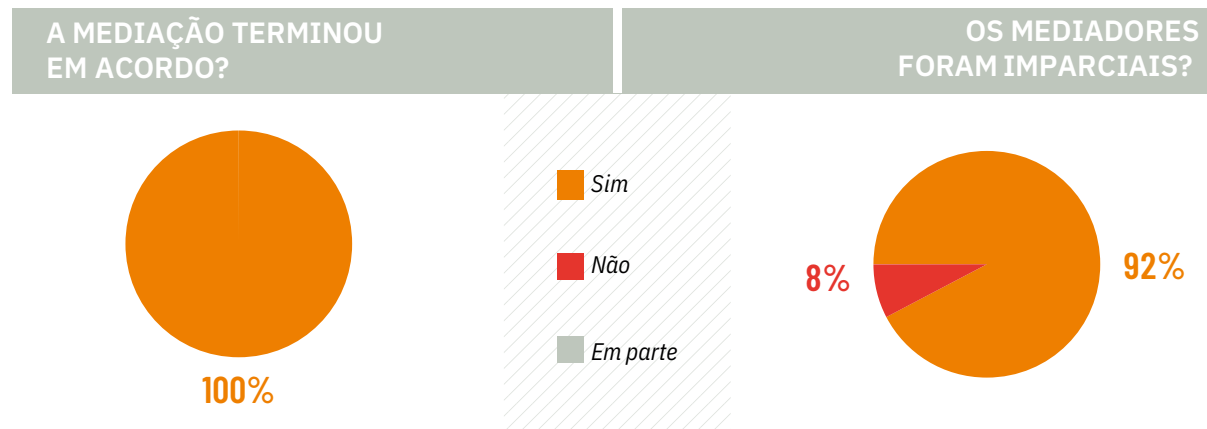
Ressalta-se a importância do acompanhamento pós-acordo nos casos criminais. Os jurisdicionados, bem como seus apoiadores, (familiares e/ou pessoas da comunidade) descreveram o procedimento como de fundamental apoio a uma nova maneira que conheceram de resolução de seus conflitos.

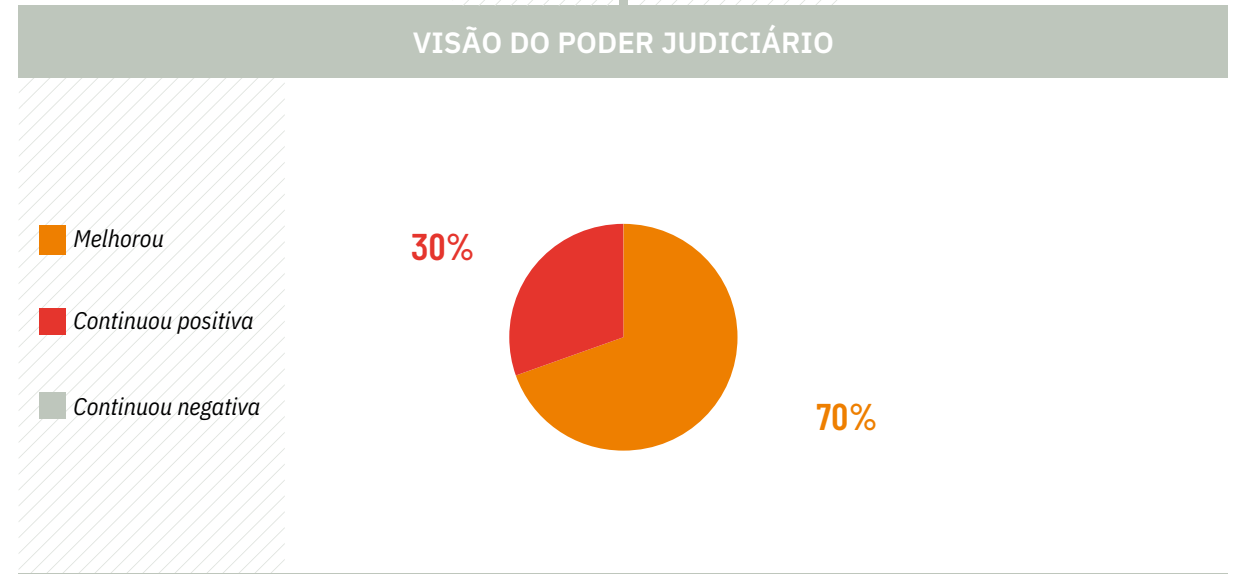
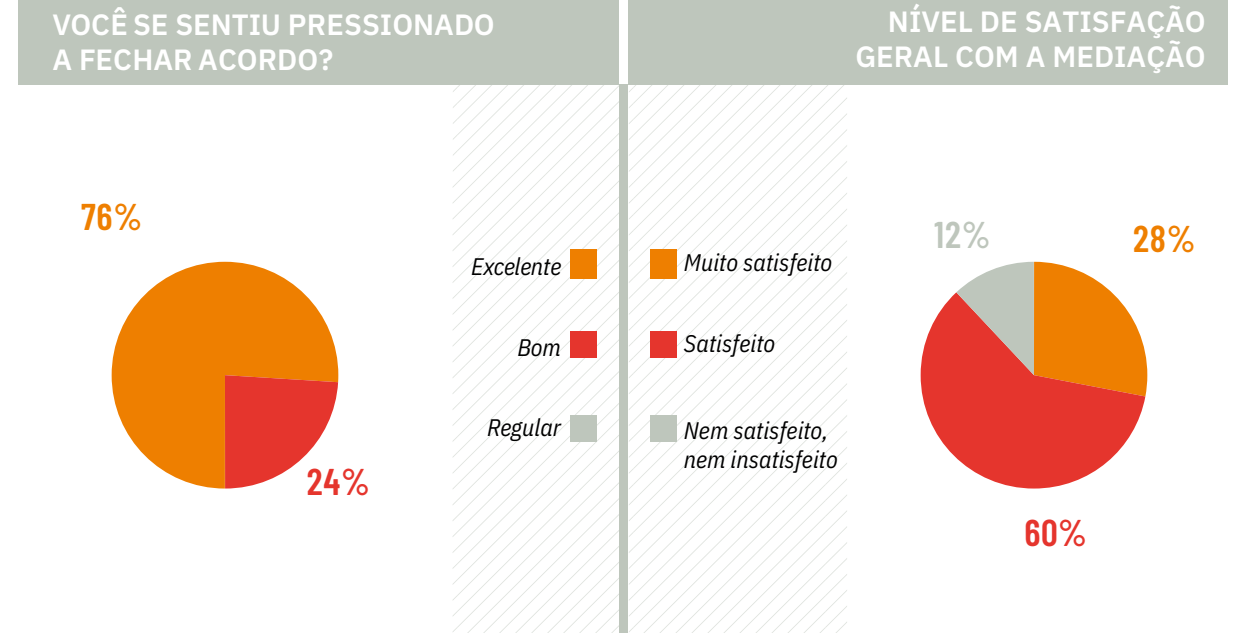
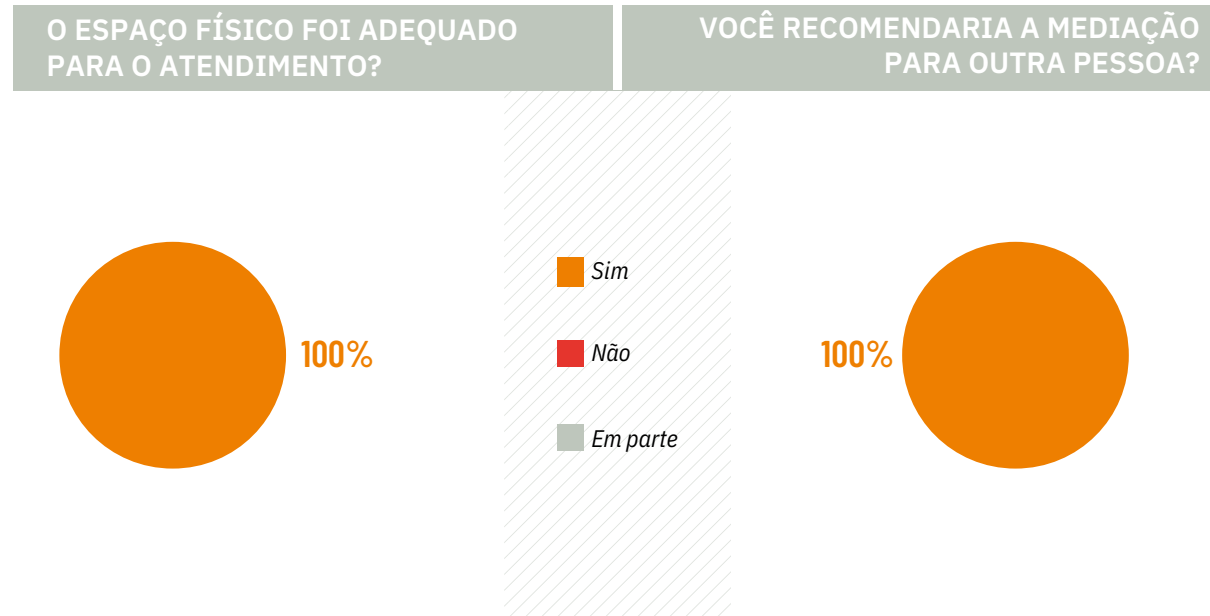


PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

O levantamento visa, além de aferir o grau de satisfação do usuário, aprimorar o atendimento realizado pelo setor identificando pontos em que haja necessidade de adequação. Até o ano de 2015 a pesquisa foi aplicada apenas em casos onde houve acordo. A aplicação do questionário se deu através de contato telefônico onde, após um intervalo de aproximadamente 30 dias, uma estagiária capacitada colhe os dados das pessoas contatadas.

O resultado colhido pode ser verificado nos gráficos a seguir:







CAPACITAÇÃO E SUPERVISÃO

No ano de 2015, realizamos a capacitação de servidores do TJDF e servidores de outras Instituições, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado entre o TJDF e demais Instituições.

O CEJUST, atualmente, possui uma equipe de 04 (quatro) facilitadores que atuam nos casos encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Planaltina, 2ª Vara Criminal e 2º Juizado Especial Criminal de Planaltina, 1ª Vara Criminal e 1º Juizado Especial Criminal de Planaltina e Juizado Especial Criminal de Ceilândia, além dos casos encaminhados pelo Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante. Atendemos, eventualmente, casos encaminhados de outros Juizados ou Varas do Distrito Federal.

Os servidores lotados no CEJUST participaram de cursos de formação continuada, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Bernardina Maria Vilhena de Souza	Curso de Instrutores em Mediação e Conciliação – CNJ	Estágio em Mediação de Família
Kênia Fabiani de Oliveira	Mediação Básica	Mediação Vítima-Ofensor
Leonardo Pinheiro Sena	Mediação Básica	Mediação Vítima-Ofensor
Patricia Martins Rodrigues Coutinho	Mediação Básica	Mediação Vítima-Ofensor

CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS PROMOVIDOS E/OU MINISTRADOS PELA EQUIPE DE FACILITADORES DO CEJUST.

CURSO	INSTRUTORES	LOCAL	DATA	PÚBLICO ALVO
Mediação Básica	<i>Bernardina Vilhena de Souza,</i> <i>Julio César Rodrigues e Delegada Nancy</i>	<i>Fórum Leal Fagundes</i>	<i>21/09/15 a 02/10/2015</i>	<i>22 Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF</i>
Mediação Básica	<i>Ministrado pelo CEJUSTWW</i>	<i>Fórum Leal Fagundes</i>	<i>28/08/15 a 14/09/2015</i>	<i>Servidores CEJUST e CEJUSC, policiais civis e voluntários.</i>



Fotos do curso oferecido para Delegados da PCDF



Foto dos alunos do curso para servidores, policiais civis e voluntários

CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS. PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES

Curso	Servidores participantes	Local	Data	Estágio	Carga horária
Mediação de Família	Helena Maria Costa Bernardina Maria Vilhena de Souza.	CNJ	24, 25, 26, 27 e 28 de maio de 2014	Concluído em 12/2015	
<i>Condição de alunas</i>					
Mediação Básica	Leonardo Pinheiro Sena Patricia Martins Rodrigues Coutinho	NUPEMEC	12/08/2015 a 04/09/2015	Em andamento no CEJUST	42 horas



METAS

MANUAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Criação de Grupo de Trabalho para estudar e elaborar o Manual. Pretende-se formar esse GT com a seguinte composição: Juízes coordenadores do Programa, equipe de facilitadores, especialistas na área de Mediação (UnB) e equipe técnica do NUPECON.

Ressalta-se que com o número reduzido de facilitadores lotados no CEJUST (atualmente quatro) esta atividade ficará comprometida na sua execução.

Meta para essa atividade → até Dezembro de 2016

PAPPA - PROJETO DE APOIO À PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA

O Projeto de Acompanhamento de Produção e Pesquisa Acadêmica atende demanda espontânea de estudantes (graduação e pós-graduação) de Instituições de Ensino Superior interessados no tema da Justiça Restaurativa com fins de produção acadêmica.

Os estudantes de Instituições de Ensino Superior (públicas ou privadas) realizam entrevistas com os facilitadores e/ou com os Juízes Coordenadores do Programa com fins de coleta de dados para subsidiar o trabalho de conclusão de curso –TCC, Monografia ou Dissertação. Os estudantes são encaminhados formalmente pela Instituição, por meio dos seus orientadores acadêmicos, apresentam para o CEJUST documento com o nome, Instituição de Ensino.



Este ano o CEJUST implantou rotina de procedimento para solicitação dos estudantes (modelos anexos). A rotina visa resguardar este Centro do TJ no tocante à disponibilização e coleta de dados, além de documentar e montar o acervo com os trabalhos confeccionados.

CURSO E PROJETO DE PESQUISA

No ano de 2015 foram atendidos e orientados 07 (sete) alunos por meio desse Projeto.

Em contra partida, promove-se a divulgação da Justiça Restaurativa no meio acadêmico e comunidade em geral, além de contribuir para legitimação da Política Pública de Mediação.

Vale ressaltar que os alunos comprometem-se a apresentar o resultado escrito do trabalho (TCC, Tese ou Dissertação) para a Justiça Restaurativa para fins de mensurar a efetividade do Projeto, bem como para compor o acervo bibliográfico do CEJUST.

Devido ao interesse despertado pelo tema, alguns estudantes tornam-se potenciais facilitadores, haja vista grande interesse em participar de cursos de Justiça Restaurativa. Após as entrevistas, percebe-se que os estudantes ficam motivados com proposta da Justiça Restaurativa, bem como se mostram surpresos com a amplitude do alcance da atuação, vale dizer, como o TJDF, por intermédio deste processo autocompositivo, aborda tanto os aspectos jurídicos (lei, processo, contratos) como os sociológicos (sentimentos, interesses, relações sociais, pacificação da comunidade etc).

ESTUDANTES	TEMAS
Camila dos Santos Evangelista	<i>A justiça Restaurativa como nova forma de solução de conflitos com ênfase no direito penal</i>
Camila Hulek	<i>A efetividade da resolução restaurativa de conflitos no Núcleo Bandeirante</i>
Cátia dos Santos Vieira	<i>A Justiça Restaurativa como uma nova proposta de resolução de conflitos</i>
Larissa Carvalho de Sousa	<i>A efetividade da Justiça Restaurativa no Distrito Federal com enfoque na vítima</i>
Maria Augusta Costa Bacelar Carneiro Leão	<i>10 anos de práticas restaurativas no Brasil: O Estado da arte do movimento restaurativo brasileiro</i>
Mariana Araújo Artiaga	<i>A Justiça Restaurativa como proposta para política criminal no Brasil</i>
Orlando Gladstone Albuquerque Lustosa	<i>A violência no Brasil, uma análise do comportamento da natureza humana</i>



Ressalta-se, no corrente ano, a visita da aluna Maria Augusta Costa Bacelar Carneiro Leão, estudante da Universidade Federal de Pernambuco, na Faculdade de Direito do Recife. Maria Augusta é Servidora do **Tribunal Regional Federal do Estado de Pernambuco – TRF**, mestranda no Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e tem **Projeto de Pesquisa** com o seguinte título: “*10 anos de Práticas Restaurativas no Brasil: o estado da arte do movimento restaurativo Brasileiro*”.

| INSTALAÇÃO DO CEJUST EM PLANALTINA

Implantação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUST no Fórum Des. Lúcio Batista Arantes, em Planaltina.

O espaço físico do CEJUST foi entregue em **setembro de 2015** com estrutura adequada: 02 salas para atendimento, mesas, sofás e cadeiras, sala de recepção com computadores e impressora.

A instalação do CEJUST em Planaltina representou um salto de qualidade para o atendimento ao jurisdicionado que apresenta demanda para a Justiça Restaurativa.

A inauguração do espaço se realizará até abril de 2016.

Meta para essa ação → Dezembro de 2015 | META CUMPRIDA



| CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS PARA EXPANSÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO TJDF

Formado por Juízes e coordenado pelos Coordenadores do Programa, Dr. Franco Vicente Piccoli e Dra. Catarina de Macedo Lima e Correa, esse Grupo tem o objetivo de estudar a metodologia da Justiça Restaurativa e definir as práticas. Esse Núcleo de estudos foi planejado e implementado em dezembro de 2015, contudo a Portaria só foi publicada em janeiro de 2016¹.

¹ Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/portarias-gsvp/2016/portaria-gsvp-1-de-08-01-2016>. Acesso em 15/1/2019.



PARCERIAS

Termo de cooperação técnica	Finalidade
<i>CEJUST e Polícia Civil do Distrito Federal</i>	<i>Capacitação em Mediação Básica e MVO dos delegados da Polícia Civil do DF pelo CEJUST. 22 delegados capacitados.</i>
<i>CEJUST E Controladoria Geral da União – CGU</i>	<i>Capacitação em Mediação Básica e MVO dos servidores da CGU pelo CEJUST. 1 servidora capacitada.</i>
<i>CEJUST E Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do GDF – SEJUST/ Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência. Programa Pró-Vítima</i>	<i>Capacitação em Mediação Básica e MVO dos técnicos do Pró-vítima. 7 servidores capacitados com objetivo de promover atendimento especializado aos jurisdicionados encaminhados pelo CEJUST.</i>
<i>CEJUST e MPDFT</i>	<i>Capacitação em Mediação Básica e MVO dos técnicos do MPDFT. servidoras e 1 promotora capacitadas.</i>





PROJETOS

PROJETO: CONCILIAÇÃO COM ENFOQUE RESTAURATIVO

Nos meses de outubro e novembro de 2015 o projeto foi elaborado visando atender os Juizados Especiais Criminais – JECRIM. O projeto pretende incluir na conciliação criminal um enfoque restaurativo, que propicie às partes a reparação da dor sofrida no crime e a pacificação das relações sociais.

O objetivo é propiciar capacitação mais específica aos conciliadores e mediadores (as) que lidam diariamente com as sessões de conciliação nos JECRIM, tendo em vista a natureza e a relação da questão que envolve os cidadãos ali atendidos.

Em um primeiro momento, este projeto será implantado nos Juizados Especiais Criminais de Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Planaltina e Taguatinga. A capacitação dos conciliadores, nesses juizados, ocorrerá em fevereiro de 2016. A implementação da nova rotina será imediata e o treinamento e supervisão dos conciliadores ficarão a cargo dos servidores lotados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST.

A expectativa é que com a implementação da nova rotina haja disseminação de uma cultura de paz nas comunidades das regiões administrativas citadas.

PROJETO: AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A audiência de custódia foi implantada em todos os Tribunais do Brasil a partir do mês de novembro. Esse procedimento visa agilizar “a apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante” (CNJ). Assim, o acusado será apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência, juntamente com o Ministério Público, a Defensoria Pública ou o advogado do preso.

A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais em que o Brasil é signatário, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose.

Na audiência o magistrado analisará a legalidade, necessidade e adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade. Nessa oportunidade, o juiz analisará os fatos e o contexto em que aconteceram e, conforme a sua compreensão, avaliará a possibilidade de atendimento concomitante ao Programa Justiça Restaurativa, assim encaminhará os autos para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST.

A capacitação dos juízes que atuarão na audiência de custódia no TJDFT ocorreu no dia 30 de novembro de 2015. O referido curso esclareceu sobre a metodologia utilizada pela Justiça Restaurativa, o que possibilitará aos magistrados no encaminhamento dos autos ao Programa.



REUNIÕES / VISITAS / ARTICULAÇÕES



Reunião/Pauta > Termo de Parceria entre TJPR e TJDFT

<i>Data e local</i>	<i>22/07/2015. Sala de reuniões da Segunda Vice Presidência – TJDFT</i>
<i>Participantes</i>	<i>Dr. Rodrigo Rodrigues Dias (Juiz do TJPR); Dr. Franco; Júlio César Rodrigues; Bernardina Maria Vilhena de Souza; Marco Rogério Rocha do Amaral; Patricia Martins Rodrigues Coutinho.</i>
<i>Objetivo</i>	<i>Estabelecer um diálogo entre os Tribunais para aprovação e efetivação de parceria em capacitação e troca de experiências em metodologias MVO e Círculos Restaurativos e Construção de Paz.</i>
	<i>Aprovação do Termo de Parceria.</i>



Reunião /Pauta > Parceria CEJUST e VEMSE

<i>Data e local</i>	<i>10/08/2015. Gabinete da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas – VEMSE</i>
<i>Participantes</i>	<i>Dr^a Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa; Dr^a Lavínia Tupy; Bárbara do Socorro Macedo; Bernardina Maria Vilhena de Souza; Cássio Marcelo Batista Veludo; Marco Rogério Rocha do Amaral.</i>
<i>Objetivo</i>	<i>Roda de conversa entre CEJUST e VEMSE e troca de experiências entre os Programas: CEJUST e Justiça Restaurativa na Infância e Juventude.</i>

Reunião/Pauta > Mapeamento das questões urgentes vivenciadas pelo Centro de Ensino Fundamental JK do Mestre D'armas de Planaltina

Data e local 07/08/2015 e 10/12/2015. Fórum de Planaltina – Sala de Cursos

Participantes Equipe do CEJUST, representante da Regional de Ensino de ; Dr^a Catarina; representante do Ministério Público; representante da Defensoria Pública; líderes da comunidade; conselho escolar; professores e diretor da escola.

Objetivo Participação do CEJUST, por meio de “escuta qualificada”, e intervenção nas questões vivenciadas nessa escola no que se refere ao diálogo aberto entre Secretaria de Educação do DF, Regional de Ensino e corpo técnico da Escola para estabelecer metas de atuação visando melhorias para a Escola.

O CEJUST fará um mapeamento das questões urgentes e definirá, juntamente com o corpo técnico da escola, conselho escolar e líderes da comunidade, estratégias de atuação para melhoria dessa comunidade escolar.



Visita Dra. Valéria de Sousa Linck, promotora na cidade do Rio de Janeiro, doutora em Direito Público pela École Doctorale de Droit et Science Politique – Université Paris Ouest Nanterre La Défense.

Objetivo Conhecer a demanda e as práticas da Justiça Restaurativa para implementar um CEJUST no Rio de Janeiro, no âmbito do TJRJ.



Visita Juíza Virgínia Rego do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte - TJRN.

Objetivo A magistrada é coordenadora do CEJUSC e veio conhecer as iniciativas do TJDFT, tanto na mediação cível (NUPEMEC) como na mediação criminal CEJUST.



DIVULGAÇÃO/ REPORTAGENS

O “site” do **TJDFT** noticiou a Capacitação ministrada por Instrutores do CEJUST para os Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF. Confira o teor da divulgação:

O 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Waldir Leôncio Júnior, e a coordenadora do Programa Justiça Restaurativa, juíza Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correa, compareceram ao encerramento do curso de Mediação Básica para Delegados da Polícia Civil do DF (PCDF), realizado no Fórum Leal Fagundes, na sexta-feira (2/10). O curso faz parte da política pública nacional de disseminação dos métodos adequados de solução de conflitos e tem por objetivo a aplicação de técnicas autocompositivas na abordagem de crimes de menor potencial ofensivo, proporcionando ao cidadão uma resposta célere no âmbito penal e impedindo a escalada da espiral de conflitos.

Desde 2006, o TJDFT conta com o Programa Justiça Restaurativa, cujo objetivo principal é ampliar a capacidade de resolução de conflitos por consenso no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo. Atualmente, o programa é coordenado pela juíza Catarina de Macedo No-

gueira Lima e Correa, titular da 2ª Vara Criminal e do 2º Juizado Especial Criminal de Planaltina, e pelo juiz Franco Vicente Piccoli, titular do Juizado Especial Criminal de Ceilândia.

A justiça restaurativa é uma modalidade de resposta ao crime diferente da resposta da justiça criminal. Ela possibilita a aproximação entre as instituições formais de justiça criminal e o controle informal, por meio da participação ativa e interessada de todos os envolvidos em conflitos de natureza criminal, incluindo a própria comunidade. Em 2012, por meio da Resolução 13, a justiça restaurativa ficou denominada como Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Programa Justiça Restaurativa, vinculado diretamente ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupecon) e à 2ª Vice-Presidência.



Tribunal do DF realiza curso de mediação básica voltado para delegados. 07/10/2015 - 15h21.

Fonte: Site do TJDFT.



SOCIEDADE O programa da Justiça busca a resolução de problemas entre vítimas e autores por meio de conversas e mediação de uma equipe múltipla. O objetivo não é fazer com que o acusado deixe de pagar a pena, mas ajudar as duas partes a superar traumas

A busca para reconstruir vidas

A família de uma vítima de homicídio não consegue superar o trauma da morte do filho. O pai, um homem de 45 anos, não consegue mais trabalhar e a mãe, de 42, não consegue mais cuidar do filho. O filho morreu em um acidente de trânsito em 2010. Desde então, a família vive em um estado de desespero. O pai não consegue mais trabalhar e a mãe não consegue mais cuidar do filho. O filho morreu em um acidente de trânsito em 2010. Desde então, a família vive em um estado de desespero. O pai não consegue mais trabalhar e a mãe não consegue mais cuidar do filho.



Família de Vanessa e Família com o filho do Raulo Vilhena: sessões de mediação da Justiça programadas para restaurar a vida após uma perda tão dolorosa



A mãe Carolina explica a necessidade de superar o luto



A mãe de Fernando procura que seu filho não seja esquecido, embora não esteja mais vivo

Um pouco perdido. Como que já tinha perdido algumas das famílias da primeira sessão e que queriam se reconectar

Hoje, me sinto aliviada. Tenho coisas de lembrança. Não há mais dor. Ela tá viva no coração. Ela tá viva no coração. Ela tá viva no coração.

Para saber mais

Experiência de 10 anos

O programa de Justiça Restaurativa tem sido uma experiência de sucesso para muitas famílias. Desde a criação do programa em 2005, mais de 100 famílias passaram por sessões de mediação. O objetivo é ajudar as famílias a superar o trauma da perda e reconstruir suas vidas. O programa é baseado em princípios de justiça restaurativa, que busca a resolução de problemas entre vítimas e autores por meio de conversas e mediação de uma equipe múltipla.

Para perguntas mais

Entre em contato com o Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal do Distrito Federal e Territórios.

Uma curta

Um curta sobre a experiência de famílias que passaram pelo programa de Justiça Restaurativa. O vídeo mostra como as famílias conseguiram superar o trauma da perda e reconstruir suas vidas.

JUSTIÇA
Programa de solução de conflitos se volta também para casos com maior poder ofensivo, como um crime de trânsito. Com a ajuda de equipe de psicólogos, assistentes sociais e advogados, acusados e vítimas tentam amenizar o sofrimento por meio do diálogo



Os dois lados juntos

Umas vítima de homicídio não consegue superar o trauma da morte do filho. O pai, um homem de 45 anos, não consegue mais trabalhar e a mãe, de 42, não consegue mais cuidar do filho. O filho morreu em um acidente de trânsito em 2010. Desde então, a família vive em um estado de desespero. O pai não consegue mais trabalhar e a mãe não consegue mais cuidar do filho.

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Protagonistas

Reportagem publicada no Jornal local Correio Braziliense em 11 de janeiro de 2015.

(Fonte: Jornal Correio Braziliense, dia 11 de janeiro de 2015).



ANEXOS

| ORIENTAÇÕES PARA ESTUDANTES

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST possibilita aos estudantes a coleta de dados estatísticos, entrevistas e observações a mediações, mediante prévia solicitação autorizada pelo Supervisor competente.

PROCEDIMENTOS

Solicitação de coleta de dados para pesquisa

O/A professor/a orientador/a deverá encaminhar, juntamente com o/a aluno/a pesquisador/a, solicitação em papel timbrado da instituição de ensino, apresentando informações a respeito da pesquisa e especificando os dados que desejam obter. Deverão constar do pedido, ainda, telefone e e-mail do/a aluno/a e do/a professor/a para contato. (**modelo ofício 1**)

Solicitação de entrevista por estudantes

O/A diretor/a do curso ou professor/a ORIENTADOR da disciplina deverá encaminhar solicitação em papel timbrado da instituição de ensino, apresentando o/a estudante (nome, matrícula, curso, semestre, disciplina, telefone e e-mail), bem como informando o tema e o objetivo da entrevista. (modelo ofício 2)

Solicitação de observação de facilitação

O/A diretor/a do curso ou professor/a ORIENTADOR da disciplina deverá encaminhar solicitação em papel timbrado da instituição de ensino, apresentando o/a estudante (nome, matrícula, curso, semestre, disciplina, telefone e e-mail), justificando o pedido, com descrição do trabalho ou pesquisa, seu foco e objetivo da observação. (modelo ofício 3)



ORIENTAÇÕES

- | No caso de deferimento do pedido, os estudantes devem seguir as orientações abaixo, com o objetivo de que o trabalho seja realizado de forma produtiva, obtendo-se um melhor aproveitamento do tempo e da oportunidade.
- | Pesquisar e estudar o assunto previamente;
- | Preparar um roteiro de perguntas relativas ao tema proposto;
- | Ser pontual, respeitando o horário agendado;
- | Respeitar a duração da entrevista – até 50 minutos;
- | Ater-se ao tema solicitado para entrevista;
- | Firmar o compromisso de manter o sigilo das informações, a fim de que a intimidade e a identidade das partes envolvidas sejam preservadas;
- | Estar ciente de que a entrevista será realizada com um profissional da área do tema abordado, que será indicado pelo CEJUST, conforme o caso, não sendo facultado ao estudante escolher o entrevistado;
- | Comprometer-se a entregar o CEJUST uma cópia do trabalho após sua conclusão;
- | Em caso de autorização para entrevista com filmagem, gravação e/ou fotografia, o/a aluno/a deverá trazer termo de autorização de uso da imagem e voz para ser assinado pelo/a entrevistado/a.;
- | Em caso de observação de sessão restaurativa:
 - I.** o/os facilitador/es indicarão o posicionamento do observador dentro da sala;
 - II.** iniciada a sessão, o/a observador/a não poderá se retirar da sala de sessão;
 - III.** evitar todo e qualquer movimento que possa causar interrupção dos trabalhos (o celular deverá permanecer desligado ou em modo silencioso, evitar ruídos e movimentos bruscos);
 - IV.** não estabelecer qualquer comunicação com partes, advogados ou facilitadores. Os observadores deverão anotar as dúvidas, que poderão ser tratadas com os facilitadores após o final da sessão, havendo tempo hábil para tanto;
 - V.** toda e qualquer informação das sessões restaurativas é considerada confidencial, portanto, nenhum comentário poderá ser repassado ou compartilhado com outras pessoas que não sejam os facilitadores, orientadores ou observadores daquela sessão.



MODELO OFÍCIO 1 > COLETA DE DADOS PARA PESQUISA

(TIMBRE DA INSTITUIÇÃO)
Brasília-DF, de _____ de 20___.
Ao Senhor

Supervisor do Centro Judiciário de Conflitos e de
Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST
Fórum Des. Hugo Auler – Térreo – Sala T.85
Núcleo Bandeirante – Brasília-DF

Assunto: Solicita autorização para realizar pesquisa.

Senhor Supervisor,

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para realização de pesquisa (especificar a área, se processual ou técnica) no âmbito desse Centro Judiciário de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST, com a necessária permissão para consulta a documentos afins, bem como acesso à Justiça Restaurativa por parte do/a orientando/a.

Esclarecemos que a pesquisa visa (descrever o tema do trabalho a ser desenvolvido, objetivo e metodologia para coleta de dados), para fins de elaboração de (monografia final de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado).

Atenciosamente,

NOME E ASSINATURA DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

TELEFONE E E-MAIL DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

NOME E ASSINATURA DO/A ORIENTANDO/A

TELEFONE E E-MAIL DO/A ORIENTANDO/A

MODELO OFÍCIO 2 > PARA ENTREVISTA

(TIMBRE DA INSTITUIÇÃO)
Brasília-DF, de _____ de 20___.
Ao Senhor

Supervisor do Centro Judiciário de Conflitos e de
Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST
Fórum Des. Hugo Auler – Térreo – Sala T.85

Núcleo Bandeirante – Brasília-DF

Assunto: Solicita autorização para realizar entrevista.

Senhor Supervisor,

Solicito a Vossa Senhoria autorização para que o/a aluno/a (nome do/a aluno/a, matrícula, curso, semestre, disciplina, telefone e e-mail) realize nesse Centro Judiciário de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST entrevista sobre o tema (descrever tema do trabalho a ser desenvolvido), para elaboração de trabalho acadêmico da disciplina (nome da disciplina).

Atenciosamente,

NOME E ASSINATURA DO/A PROFESSOR/A / ORIENTADOR (A)

DO CURSO OU DA DISCIPLINA

TELEFONE DE CONTATO DO/A PROFESSOR/A



MODELO OFÍCIO 3 › OBSERVAÇÃO DE SESSÃO RESTAURATIVA

(TIMBRE DA INSTITUIÇÃO)

Brasília-DF, de _____ de 20__.

Ao Ilustríssimo Senhor

Marco Rogério Rocha do Amaral

Supervisor do Centro Judiciário de Conflitos e de

Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST

Fórum Des. Hugo Auler – Térreo – Sala T.85

Núcleo Bandeirante – Brasília-DF

Assunto: Solicita autorização para observar sessão restaurativa.

Senhor Supervisor,

Solicitamos a Vossa Senhoria autorização para que o/a aluno/a (nome do/a aluno/a, matrícula, curso, semestre, disciplina, telefone e e-mail) realize nesse Centro Judiciário de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST observação de sessões de mediações (informar o quantitativo de mediações).

O pedido justifica-se (descrever o trabalho ou pesquisa, bem como o seu foco e o motivo da observação).

Atenciosamente,

NOME E ASSINATURA DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

TELEFONE E E-MAIL DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

NOME E ASSINATURA DO/A ORIENTANDO/A

TELEFONE E E-MAIL DO/A ORIENTANDO/A

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, CPF _____,

concordo e comprometo-me a manter a confidencialidade das informações compartilhadas por este Centro Judiciário de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa – CEJUST, bem como de toda e qualquer informação das sessões restaurativa por mim observadas, não efetuando ou repassando nenhum comentário inerente às mesmas.

Brasília, _____ de _____ de 2015.

Assinatura.



TJDFT